

João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro

Paulo Miguel Moreira da Fonseca

João Rodrigues de Macedo, português de Coimbra, teria chegado às Minas Gerais no final da década de 1760 vindo do Rio de Janeiro, onde trabalhava como comerciante. É provável que tenha ido para Minas no intuito de estabelecer uma das pontas de uma ligação comercial com o Rio de Janeiro, para o abastecimento de gêneros secos e molhados. Em sua cidade natal deixara ao menos dois irmãos, Bento e José Rodrigues de Macedo; na colônia, nunca chegaria a se casar ou a ter filhos reconhecidos.

Em 1775, João Rodrigues arremataria o primeiro de uma série de contratos de arrecadação de impostos: o contrato das entradas da capitania de Minas Gerais. Esse tipo de imposto de circulação incidia sobre todos os gêneros que adentrassem no território mineiro – fossem secos, molhados, escravos ou gado – e controlava um montante invejável de cabedais, uma vez que a capitania recebia toda sorte de mercadorias para abastecer seu grande contingente populacional, ocupado muito mais na empresa mineradora do que na produção de alimentos.

Na administração desse contrato, e outros que o seguiriam, Macedo valer-se-ia do auxílio financeiro do primo Domingos José Gomes, comerciante estabelecido no Rio de Janeiro, e do fazendeiro (um dos maiores de Minas) José Aires Gomes que o financiariam no leilão que arrendava o cargo de arrecadador do direito de entradas. A esse contrato iriam se juntar outros: dízimos em Minas Gerais (de outubro de 1777 a dezembro de 1783), além de outros de menor importância, as chamadas “passagens de rios”¹.

Entre todos os contratos arrendados, porém, aquele de direito de entradas de 1776 seria particularmente marcante e profícuo. As entradas eram de longe o imposto mais lucrativo, administrado por particulares, pois a quantidade de mercadorias que circulava pelo território mineiro era enorme. No fim de século XVIII, passado no auge da extração aurífera, a capitania atingira um grau de desenvolvimento invejável sob os pontos de vista

econômico, arquitetônico e urbanístico, esse crescimento demandava uma grande quantidade de bens que vinham não só dos limites da colônia, mas principalmente da Europa e, é claro, de escravos africanos.

Deve-se lembrar que o abastecimento de gêneros não tinha como demanda apenas a manutenção da economia mineradora. Se – através do inventivo do governo português – as Minas Gerais atingiram um grau elevado de produção de gêneros durante o século XVIII justamente para suprir as necessidades da extração de pedras e metais, cada vez mais surgia a necessidade de sustentar também uma sociedade cada vez maior e mais complexa. Nela figuravam não só simples colonos, mas também membros de uma ativa elite econômica e intelectual cujas necessidades eram muito mais refinadas.

Com o direito de arrecadação do contrato de entradas em suas mãos, era necessário que João Rodrigues de Macedo organizasse a captação de impostos de maneira azeitada. Para que essa máquina administrativa funcionasse, era preciso que ele se cercasse de homens de sua confiança. E assim foi feito.

Ao examinar a documentação de João Rodrigues é possível visualizar a existência e o funcionamento de uma rede de influências; homens de negócios que tinham grande participação nas tomadas de decisão e principalmente na execução das diretrizes administrativas dos negócios e dos contratos de Macedo. Foi justamente a construção deste "círculo administrativo" que permitiu que o contratador atuasse tanto e por tanto tempo. O círculo de influências do contratador tornava-se também um círculo social, e seria essa sociabilidade que acabaria aproximando o contratador das elites intelectuais mineiras. Dentro dessa perspectiva, buscamos observar na correspondência passiva de Macedo os indivíduos envolvidos nos negócios do contratador. A partir daí pode-se notar que esses se espalhavam territorialmente pelos limites comerciais de João Rodrigues, quase sempre nas regiões fronteiriças da capitania, além dos grandes centros de Minas, também existiam contatos em outras áreas igualmente importantes para a gestão do contrato.

Estabelecido em Coimbra, em contato direto com o Erário Régio² e responsável pelos negócios de João Rodrigues na metrópole, estava seu irmão, Bento Rodrigues de

Macedo. No Rio de Janeiro, a capital da colônia e porto de entrada de mercadorias e escravos, seu primo Domingos José Gomes, o financiador de seu primeiro contrato, comerciante que despachava para Minas Gerais mercadorias que seriam vendidas nas lojas que tinha em sociedade com o contratador.

Além destes dois, havia aqueles que cuidavam da administração do contrato *in loco*, fiscalizando as cobranças em Minas Gerais, divididos entre as comarcas da capitania: na vila do Tijuco (no rico Distrito Diamantino, destino de grande parte das cargas vindas do Rio de Janeiro) João Carneiro da Silva, que também administrava a maior loja de gêneros de Macedo. Em São João Del Rei, responsável pelo registro do Caminho Velho da Mantiqueira (que levava à capitania de São Paulo e ao porto de Paraty), Brás Álvares Antunes, e no registro de Matias Barbosa, no Caminho Novo (estrada que levava à capitania do Rio de Janeiro, a mais importante de Minas Gerais) outro primo, João Manuel Gomes de Araújo. No mesmo registro, Domingos José Gomes seria o responsável nos primeiros tempos do contrato. Em Paracatu, Manuel José de Oliveira Guimarães é quase um administrador emancipado da comarca de Sabará, controlando diversos registros; o mesmo ocorre na região de Sete Lagoas, onde Manuel Barbosa de Oliveira fiscaliza, principalmente, a passagem de gado pelo médio São Francisco.

Com uma estrutura sólida de cobrança de impostos montada, na qual diversos prepostos cuidavam da escrituração e da cobrança dos tributos, de forma a tentar coibir ao máximo o contrabando e a sonegação, Macedo tornou-se entre as décadas de setenta e noventa do século XVIII na figura central de uma rede de transações comerciais que movimentou centenas de contos de réis. Tamanha foi a eficiência desta estrutura, que garantiu a João Rodrigues liberdade para continuar a realizar suas cobranças de impostos mesmo depois do término de seus arrendamentos. Embora seus contratos tenham acabado no início da década de oitenta, ele fazia cobranças "retroativas" até quase a virada do século XIX.

A rede de colaboradores de João Rodrigues serviria também para viabilizar outros negócios do contratador. Além da arrecadação de tributos, Macedo era proprietário de

diversas lojas varejistas. Seu representante no Rio de Janeiro, Domingos José Gomes, tratava da compra dos gêneros – entre eles sal e açúcar, produtos de grande valor – que seriam remetidos às Minas e distribuídos para revenda nas lojas que o contratador possuía em diversas vilas.

Uma das formas do contratador garantir a manutenção de seu círculo de relações era a concessão de favores. As cartas transcritas abaixo são exemplos das enviadas à João Rodrigues, e receberam despachos favoráveis assinados pelo próprio ou por seu guardalivros, Vicente Vieira da Mota. Pode-se ver nelas pedidos de auxílio financeiro, nos quais pede-se à João Rodrigues que financie os custos da fiança do ofício de escrivão da câmara municipal da Vila de São João:

“(...) o portador desta he Custodio José da S^a, pessoa estimavel, e o estimo quanto posso, elle se acha servindo o officio de excrivão da câmara desta villa que finda a sua arrematassão no fim deste anno (...) eu quero todo o favor de vm^{ce} p^a que novamente o remate, e como conheso o m^{te} que vm^{ce} Valle desde já lhes seguro o ser felis (...)”³

pedidos de emprego nos contratos que administrava:

“(...)me dezião que logo sem perda de tempo partice p^a V^a Rica, e proucura-se a V.M. em quem acharia todo o abrigo: que por lhes fazer favor me havia de dar a occupação de segundo cayxa das entradas, em cujo emprego se me havia dar – 200.000 – reis duzentos mil reiz de ordenado por anno, cama, meza, e roupa lavada (...)”⁴

pedidos de financiamento para obras e reformas em igrejas:

“Em certa occasiam pedindo a Vm^{ce} adjutorio a obra desta Matriz, me ordenou q^e sendo occasiam de trabalhar, pedisse dez escravos ao feitor Fr^{co} Jose (...)”⁵

outras requisições seriam ainda de natureza tão diversa, que nos é difícil classificá-los, mas certamente mostram o grau de influência que Macedo tinha sobre seus protegidos. No fragmento seguinte, por exemplo, Macedo foi convocado a mediar uma constrangedora questão matrimonial. Vale lembrar que além da identificação de “benfeitor” e “conselheiro”, o pedido nos remete também a questão patrimonial e econômica que o matrimônio envolvia:

“Compadecido do p^{or} o S^{nr} Manoel Ferra Novaz, e lembrando da honra e charidade com que vm trata a familia, de q^m elle se queixa faço esta p^a lhe certificar que me persuado ser m^{io} de serviço de Deos unir estes cazados, em fazer cessar pleitos escandalozos fumentados por gente de pouca consideração (...)”⁶

Sua generosidade naturalmente não era sem propósito, através da “política dos favores”, João Rodrigues reforçava seus laços sociais e políticos com a população mineira de forma geral e com as elites em particular.

Por intermédio de seu irmão, Bento Rodrigues de Macedo, João Rodrigues, passaria a financiar os estudos de inúmeros jovens mineiros em Portugal, principalmente na Universidade de Coimbra, preocupando-se em pagar seus estudos e seus gastos de subsistência durante todo o período dos estudos. Diversos dos contemplados eram jovens e crianças oriundas de famílias sem posse. Esse expediente criava um círculo de conhecimentos e favores que atravessava os anos, à medida que o voto de gratidão atingia tanto o próprio agraciado quanto seus pais, que eram aqueles que lhe faziam os pedidos. Segue abaixo um fragmento relativo ao tema. Nele, João Rodrigues pede a seu irmão Bento Rodrigues de Macedo que receba um de seus protegidos, um futuro estudante da Universidade de Coimbra, e o sustente nos termos explicados anteriormente, subsidiando suas despesas pessoais, de vestimenta e moradia:

“(...) Pedeme mande assistir ao estudante Luiz J^o de Godois Torres com 7.200 r por mez p^a sustento e vestuario nessa universid^e p^a onde vai emq^{to} durarem os estudos ou rezedir, e como não devertirão aos alugueis da morada Vm^e o fará de 100.000 r por anno, o q’ lhe pesso, e q’ nisso não haja a minima falencia: leva suprimt^o p^a o pr^o anno, q’ há de entregar a Vm^e p^a lho ir destrebuindo, e eu lhe prometo q’ assim mesmo hirei fazendo, adiantando a d^a assistencia, pois não há de ser como as mais recomendacoens q’ desta natureza lhe tenho feito. (...)”⁷

Na residência que construiu para si, a conhecida Casa dos Contos, Macedo promovia festas e saraus, quase que diários. Lá se encontravam os mais importantes integrantes da ilustração de Minas Gerais, membros da chamada “geração de Coimbra”. Ali se discutiam propostas de rearranjo e acomodação das relações coloniais, motivadas pelo sufocamento metropolitano que Portugal exercia sobre a capitania de Minas Gerais. Essas reuniões acabariam por motivar e fornecer parte do estofamento teórico no qual iria se basear a natimorta Inconfidência Mineira, constituindo efetivamente uma esfera privada de discussão política.

Seguindo uma linha de ação patrimonialista, pouco a pouco Macedo reunia a sua volta nomes influentes, tecendo uma teia de conhecimentos que iriam lhe conceder cada

vez mais poderes. Tornar-se-ia credor de figuras eminentes, como o ouvidor geral da comarca do Rio das Mortes (1776-1780), o amigo, poeta e futuro inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto⁸. Era também o principal cliente do advogado Cláudio Manuel da Costa e figura constante no tribunal de Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica de 1782 a 1788⁹. Vicente Viera da Mota, outro dos inconfidentes, era seu contador e guarda-livros, tendo realizado toda a organização do arquivo do contratador.

Tiradentes lhe prestava serviços, muitas vezes como comandante dos regimentos de Sete Lagoas e do Caminho Novo, onde foi responsável pela abertura de uma nova estrada, que ligava os registros de Paraibuna e Matias Barbosa, embora sua tarefa principal fosse coibir o contrabando que reduzia a arrecadação de impostos. Macedo era irmão da Ordem Terceira do Carmo, que disputava com a Ordem de São Francisco de Assis o lugar de mais rica e proeminente irmandade de Vila Rica. Através dessas ligações políticas, transformou-se no centro de gravitação político e econômico das últimas duas décadas do século XVIII na capitania de Minas Gerais, sendo uma peça chave para o entendimento da sociedade colonial e das transformações políticas desse período.

Macedo tornar-se-ia grande devedor da Real Fazenda, não tendo conseguido quitar seus débitos com o Erário Régio. A perda dos parques bens que estavam em seu nome (praticamente só sua casa) para o Erário Régio ocorreu em 1802. Após a coroa portuguesa tomar posse de sua casa, passaria a residir na fazenda de Bárbara Heliodora, a viúva de José Ignácio de Alvarenga Peixoto, em Corimataí, onde viveria mais cinco anos. Essa fazenda, a bem da verdade, lhe pertencia, pois fora arrematada por João Rodrigues após a Inconfidência Mineira, junto com os bens de outros inconfidentes e devolvida às suas famílias.

Macedo faleceria em outubro de 1807, em São Gonçalo da Campanha. Ainda em litígio com a Real Fazenda de Minas Gerais na questão de suas dívidas quando contratador de tributos. Deixaria espólio disputado, ao menos uma fazenda e umas tantas lavras ainda estavam em seu nome. Ao tomar conhecimento da morte de Macedo, o comandante do destacamento de Vila de Campanha da Princesa, José da Silva Brandão, manda uma

patrulha para resguardar os bens do falecido, e permitir a justiça que defina o destino dos mesmos.

Participo a V.A.R. q o dito João Rodrigues de Macedo faleceu da Vida presente hontem q se contarão 6 do corrente mez, deixando por seus testamenteiros, em primeiro lugar ao Doutor João de Araujo de Oliveira, em Segundo, terceiro, e Quarto lugar aos Seus Sobrinhos Antonio Joze Fernandes de Macedo, o Capitão Jeronimo Fernandes de Macedo, e Antonio Joaquim Rodrigues de Macedo para cuja Caza e Lavras do mesmo falecido e devedor, despachei logo uma Guarda Militar deste Destacamento, não só para as vigiar, assestir às apurações q se continuão a fazer; mas também para auxiliar qualquer deligencia da Justiça, q houver de se proceder; para o q requeri ao Doutor Juiz de Fora deste Termo, q em quanto a Junta da Administração da Fazenda de V.A.R. não determinasse outras providencias, mandasse elle pôr em Segurança todos os bens do referido falecido; e eu sigo já a examinar o estado, em q ficão as sobreditas Lavras e mais bens respectivos, para poder dar a V.A.Rel huma exacta informação, sendo perciza, para me determinar o que for servido.

No entanto, porem, V.A.R. se digne ordenar quem hade responder pela Administração da dita Fabrica da Mineração do ouro, e da Cultura, e pelas despesas, q são indispensaveis para o Costeio da mesma; e o que devo praticar daqui em diante a respeito da Cobrança das terças partes, de q estou encarregado, para prontamente o executar, como fiel Vassallo de V.A.R.¹⁰

No mesmo documento, duas listagens mostram a quantidade de ouro que foi apurada em apenas duas lavras de João Rodrigues entre os meses de maio e outubro do mesmo ano: 2.850 oitavas de ouro, ao que parece, o antigo contratador ainda tinha muito a oferecer aos cofres reais. Onze anos após sua morte, em 1818, o erário português ainda buscava o pagamento dos valores dos contratos de quarenta anos antes, então cobrados de seus herdeiros e sobrinhos.

¹ Imposto de passagem cobrado em pontes fluviais.

² O Erário Régio, criado pela reforma administrativa do Marquês de Pombal, centralizava administrativamente as Juntas da Fazenda de cada capitania, estabelecidas no mesmo período na colônia brasileira, sendo responsável última pelos contratos de tributação.

³ Francisco da Silva José Landim. Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo que ajude a Custódio José da Silva a arrematar o ofício de escrivão da câmara da Vila de São José. Vila de São João, 27/8/1779. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,15,005 nº002

⁴ Elias de Fonseca Freire de Andrade. Carta a João Rodrigues de Macedo confirmando o interesse do emprego. Serviço do Mosquito, 02/02/1776. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,10,010 nº005

⁵ Bernardo da Silva Lobo. Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo que custeie o empréstimo de dez escravos para trabalharem na igreja matriz. Campanha, 8/10/1799. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,15,013 nº001

⁶ Antônio de Almeida Vilasboas. Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo sua intervenção na resolução de um problema de ordem moral. São João Del Rey, 15/12/1798. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,18,012 nº003

⁷ João Rodrigues de Macedo. Carta a Bento Rodrigues de Macedo pedindo que assista com uma pensão o estudante Luís Jesus de Godois Torres, segundo pedindo de Ignácio Jesus de Souza Rebelo. Vila Rica, 30/5/1783. Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos I-10,18,026 nº001

⁸ Para as relações comerciais entre Alvarenga Peixoto e João Rodrigues de Macedo, ver Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, documentos I-10,10,011 nº045; I-10,10,011 nº054; I-10,11,017 e I-10,11,018, entre outros.

⁹ Para os mandados favoráveis a João Rodrigues de Macedo expedidos por Tomás Antônio Gonzaga enquanto ouvidor de Vila Rica ver Biblioteca Nacional, Coleção Casa dos Contos, documentos I-25,02,039; I-25,28,087 e I-25,28,088, entre outros.

¹⁰ José da Silva Brandão. Ofício relativo ao falecimento de João Rodrigues de Macedo e aos procedimentos referentes ao seu espólio. Vila da Campanha da Princesa, 07/10/1807. BN-Mss I-32,09,025